

DOCUMENTOS PARA O ENSINO

O INVESTIMENTO ESTRANGEIRO NA AGRICULTURA PORTUGUESA

Nos anos sessenta acentuou-se a difusão de novas tecnologias agrícolas — mecânicas, químicas e sobretudo biológicas, que constituíram a base do que então foi designado por Revolução Verde — por espaços rurais ainda subdesenvolvidos e atrasados, embora dotados de potencialidades produtivas. Paralelamente, reforçou-se a democratização das férias no estrangeiro entre as populações urbanas dos países ricos, avolumando-se os fluxos de turismo balnear da Europa do Norte para o litoral mediterrâneo e alargando-se as áreas de convergência a sectores costeiros ainda não explorados: a novidade da oferta, os preços do solo e da mão-de-obra, o baixo custo de vida, as taxas cambiais e a estabilidade política constituíram, entre outros, factores decisivos da sua promoção por agências imobiliárias e de viagens.

O Algarve fora descoberto pelos ingleses como região turística, juntando-se às primeiras iniciativas individuais e isoladas as de agências de venda de espaço e de férias. Ao mesmo tempo, o Alentejo, vizinho do Algarve e de igual modo localizado no Sul mediterrâneo, cada vez mais acessível às populações do Noroeste da Europa, com a melhoria dos transportes terrestres e aéreos, reunia um conjunto de condições capaz de atrair potenciais investidores na agricultura. Espaço agrícola vasto, subpovoado e subaproveitado pelos autóctonos, que não investiam no melhoramento dos solos (despedrega, calagem, drenagem, lavouras profundas, adubações) e das pastagens naturais, nem na introdução de sementes de qualidade; vastas extensões de incultos e grande extensividade dos sistemas agrícolas; preços da terra muito inferiores aos do Norte da Europa, de forte procura agrícola (redimensionamento das explorações) e não agrícola (industrial, residencial e turística); níveis de salários e responsabilidades sociais para com os trabalhadores agrícolas bastante modestos e por isso convidativos; desenvolvimento do plano de rega; facilidades fiscais, nomeadamente ausência de imposto sobre a actividade agrícola; apoios governamentais à modernização agrícola, entre os quais créditos hipotecários, a juros modestos, subsídios à mecanização, distribuição de plantas para a florestação, escoamento assegurado de colheitas, como as de trigo e arroz, a preços garantidos e bastante acima dos do mercado mundial, etc.

Por tudo isto, nos finais dos anos 60, o Alentejo foi considerado espaço para promoção da instalação de agricultores ingleses, por agências imobiliárias internacionais que, intervindo como intermediárias, cobravam percentagem significativa do montante das transacções, à semelhança do que também sucedia nas aquisições de terrenos agrícolas no Algarve, embora estas essencialmente com fins turísticos, pelo menos a médio e longo prazos (O. BALABANIAN, 1980, p. 603-612).

Estas iniciativas contribuíram para reforçar os investimentos directos de estrangeiros na agricultura portuguesa e foram bem acolhidas por Portugal, pelo menos na primeira fase: portadores de capitais, de saber técnico, de capacidade organizativa, de contactos comerciais e de modelos empresariais modernos, com relevo para as explorações familiares de uma a duas centenas de hectares, de conta-própria, logo estáveis, poderiam desempenhar papel motor na dinamização do sector agrícola, por simples imitação ou por arrastamento, através de contratos de produção e/ou de comercialização/exportação. «Ces étrangers, venant d'un pays dont la technologie est avancée, ne vont pas manquer, de par leur exemple, d'entraîner l'intensification des systèmes de production agricole alentejans. La production ne manquera pas de croître. L'introduction de cultures nouvelles et les exportations vont enrichir l'Etat et la population, tout en créant des emplois» (*idem*, p. 608).

O número de agricultores ingleses instalados no Alentejo na viragem do decénio de 60 nunca foi muito importante, nem significou grande mudança nos sistemas e nas técnicas agrícolas regionais (*ibidem*, p. 612-617).

O fracasso económico de muitos dos novos agricultores estrangeiros do Alentejo, designadamente dos ingleses instalados em explorações familiares de conta-própria, deu lugar a abandonos e retornos, com venda ou arrendamento dos prédios a outros estrangeiros, sobretudo no período conturbado que se seguiu ao 25 de Abril de 1974. Estes, por sua vez, tentaram integrar os seus conhecimentos profissionais nos sistemas tradicionais da região ou inovaram no campo da fruticultura (por exemplo, Monte Branco, perto de Juromenha, com 270 ha de macieiras, regados gota a gota e protegidos sofisticadamente, desde há três anos, contra os riscos de granizo, transformando-o em água antes da precipitação), no da horticultura e hortofruticultura (são exemplos: cultura de melão perto de Campo Maior e de alface a SO de Odemira, a exportar para Inglaterra), no das horto-industriais (tomate, no Crato) ou no da criação animal (produção de *foie-gras* e de certos queijos).

Alguns ingleses fixaram-se no extremo sul do país, tal como muitos outros estrangeiros oriundos de diversos países europeus, atraídos pela projecção turística da região e pelas potencialidades do Baixo Algarve para a produção como primores de produtos hortícolas e fruta, bem como para a de flores, de corte e ornamentais, ao ar livre ou sob-coberto. De facto, em 1979, quando do RAC, existiam no Algarve 72 agricultores estrangeiros (cerca de 0,2 % das explorações), localizados sobretudo no Litoral (4/5: 14 no concelho de Lagos, 13 na freguesia de Algoz, do concelho de Silves, e 14 entre Santa Bárbara de Nexe e Tavira), em

explorações pequenas (inferiores a 5 ha) ou muito pequenas (metade com menos de 2 ha), fundamentalmente para autoconsumo (citrinos, hortícolas e frutos secos) de famílias com plurirrendimento: reformados (113) ou activos noutros sectores (1/4). Alguns produtores eram absentistas e visitavam as suas explorações apenas nas férias. Outros, todavia, com empresas agrícolas no geral maiores (10-15 ha), não exerciam outra actividade não agrícola fora das suas explorações e davam preferência aos ramos modernos: «das plantas ornamentais aos frutos tropicais (abacate); dos viveiros às fruteiras, hortícolas e vinha» (J. C. ROLO e J. S. COELHO, 1988, p. 178). A maior parte da sua produção destinava-se naturalmente à venda, inclusive à exportação (hortícolas e plantas ornamentais).

Assim, «exceptuando uma minoria, quer qualitativa quer quantitativa, os estrangeiros presentes no Algarve, no início dos anos 80, praticam uma agricultura que não confirma [...] o optimismo que a sua chegada suscitou. Passados cerca de vinte anos, o seu peso é diminuto em número, em área ocupada e em dimensão económica em qualquer dos ramos da agricultura regional [...], embora cerca de meia dúzia a uma dezena [...] devam ser incluídos entre os que praticam a agricultura mais moderna do Algarve [...]: é notório o peso daqueles para quem a agricultura é mero «passatempo» ou uma actividade secundária, já que a sua vinda para Portugal teve as férias como motivação principal» (idem, p. 179).

Como evoluiu, nos últimos dez anos, o investimento estrangeiro na agricultura portuguesa? Na ausência de informação mais completa, é possível conhecê-lo, nas suas linhas gerais, a partir de dados fornecidos pelo Instituto de Investimento Estrangeiro, apurados sumariamente, em 1988, por M. BOTELHO DA COSTA, do MAPA.

De 1978 a 1987, o investimento estrangeiro directo na agricultura elevou-se a 4,2 milhões de contos, a preços correntes (84,9 mil contos em 1978 mas 1939 mil em 1987), destacando-se nas origens do mesmo o Reino Unido, a República Federal Alemã, a Holanda e a Dinamarca (fig. 1, quadro I), que alimentou consideravelmente os afluxos de 1979, 1980 e mesmo 1981, enquanto a contribuição da R. F. A. e mais ainda a do R. U. se afirmaram a partir de 1983.

Tais investimentos incidiram sobretudo no Alentejo (48%), Ribatejo e Oeste e Algarve, com destaque para o distrito de Beja, seguido de longe pelo de Faro e mais ainda pelo de Évora (fig. 2 e 3, quadro II): a atracção do Alentejo foi maior no início do período em análise, a do Algarve no início dos anos oitenta e a do Ribatejo depois de 1984.

A repartição espacial das áreas de incidência — 18 mil hectares (fig. 5) — acentua consideravelmente a representação do Alentejo (cerca de 75%), em particular o distrito de Beja (58%), seguido de longe pelos de Faro (14%), Évora (11,5%) e Portalegre (7,5%).

Por concelhos (fig. 4), e por ordem decrescente, sobressaem Beja (13,5%), Portimão (8,5%), Vidigueira (7,7%), Serpa (7,3%), Alvito (6,7%), Ferreira do Alentejo (5,8%), Mértola (4,3%), Aljustrel e

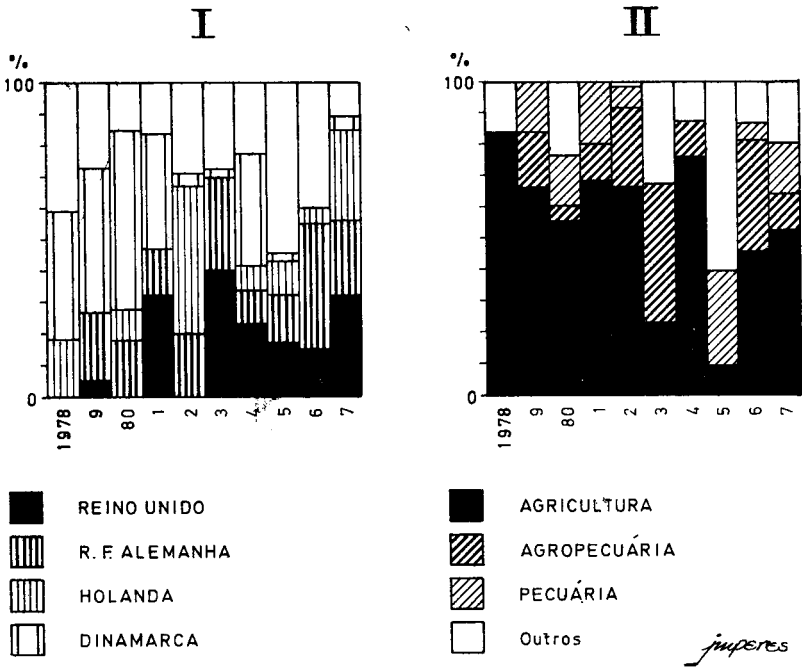


Fig. 1 — Investimento estrangeiro directo na agricultura portuguesa, de 1978 a 1987. I. Principais países de origem do investimento. II. Principais ramos a desenvolver pelos projectos de investimento (os projectos foram agrupados segundo a sua dominante).

Elvas (4,1%), Montemor-o-Novo (4%), Castro Verde (3,4%) e Faro (3%), na sua grande maioria do distrito de Beja.

A apropriação fundiária individual (fig. 5) é, no geral, bastante modesta (quadro III): predomínio das pequenas explorações, de menos de 10 ha, entre as aquisições de investidores do Reino Unido e Alemanha; repartição estrutural mais equilibrada entre as de holandeses; forte expressão das de 100 ha e mais entre as de dinamarqueses, de maior incidência no distrito de Beja (quadro IV).

Entre os projectos de desenvolvimento apresentados, relevam-se os agrícolas, seguidos de longe pelos de agropecuária ou apenas de pecuária (quadro I). Aprofundando um pouco mais a análise, podemos avallar a importância relativa dos diferentes ramos pela frequência com que foram mencionados nos correspondentes projectos: pomares 18,6%; cereais 14,4%; horticultura 9,9%; flores e/ou plantas ornamentais 6,3%; vinha e olival 4,1%; culturas novas (abacate, kivi, framboesas, beringelas, pistáceos, plantas medicinais e aromáticas, etc.) 10%; agropecuária 9,8%; bovinos de carne e leite 7,5%, tal como os ovinos e caprinos; suínos 3,4%.

QUADRO I

O investimento estrangeiro directo na agricultura portuguesa (1978-87) (%)

Anos	Principais origens do investimento (%)					Principais regiões de investimento (%)			Principais tipos de projecto a desenvolver (%)		
	R. Unido	R. F. A.	Holanda	Dinamarca	Alentejo	Ribatejo e Oeste	Algarve	Agrícola	Agropecuário	Pecuário	
1978	—	—	17,7	41,8	48,7	21,4	18,8	84,0	—	0,2	
1979	4,9	11,1	—	56,9	83,7	2,2	10,2	66,1	17,6	16,3	
1980	0,1	18,1	8,9	57,8	84,7	—	15,4	55,1	5,4	15,7	
1981	31,7	15,9	0,1	37,5	50,6	16,0	25,4	67,6	11,8	20,6	
1982	0,1	20,5	47,2	4,4	44,6	16,8	38,7	66,1	24,8	4,3	
1983	41,1	28,9	—	1,9	21,9	0,3	58,6	23,0	-44,2	—	
1984	24,4	12,5	7,5	36,2	49,8	17,9	21,1	76,3	10,7	—	
1985	17,2	15,0	12,8	2,4	44,2	51,4	4,4	9,2	—	29,2	
1986	15,2	41,2	3,0	—	51,7	26,5	14,4	45,0	35,8	5,6	
1987	32,6	24,3	28,3	3,9	42,5	31,4	22,6	51,4	11,4	17,3	
TOTAL	24,4	22,3	17,7	14,1	48,0	25,0	22,2	48,6	14,9	14,7	

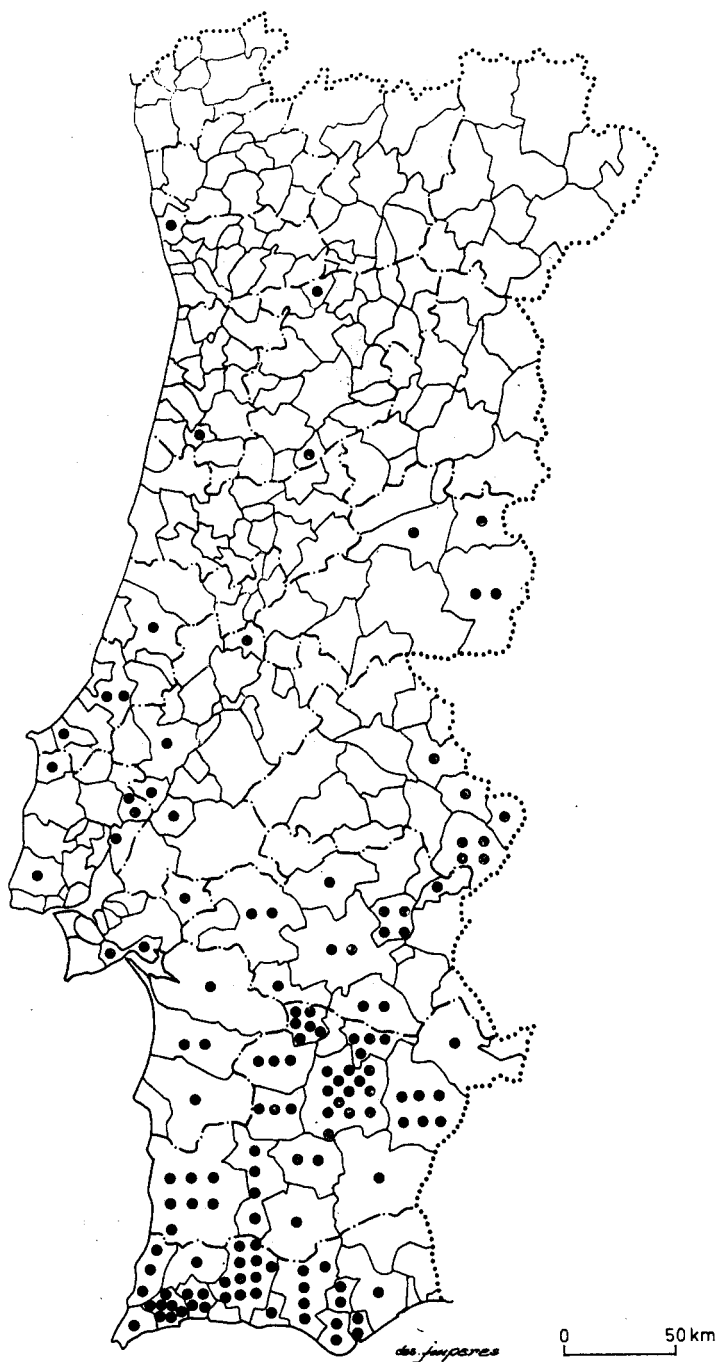


Fig. 2 — Repartição concelhia do número de investimentos estrangeiros directos na agricultura portuguesa, no período 1978-87 (a cada ponto corresponde um investimento).

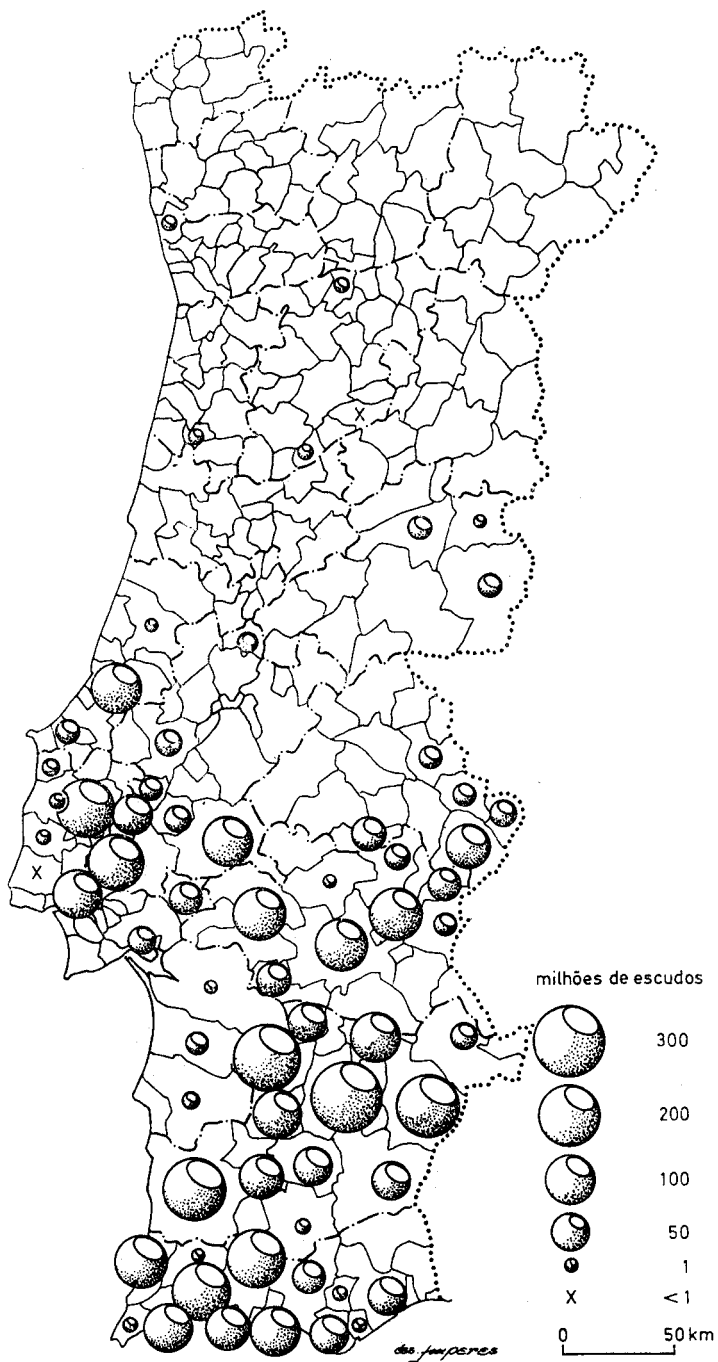


Fig. 3 — Montantes concelhios dos investimentos estrangeiros directos na agricultura, de 1978 a 1987, a preços correntes.

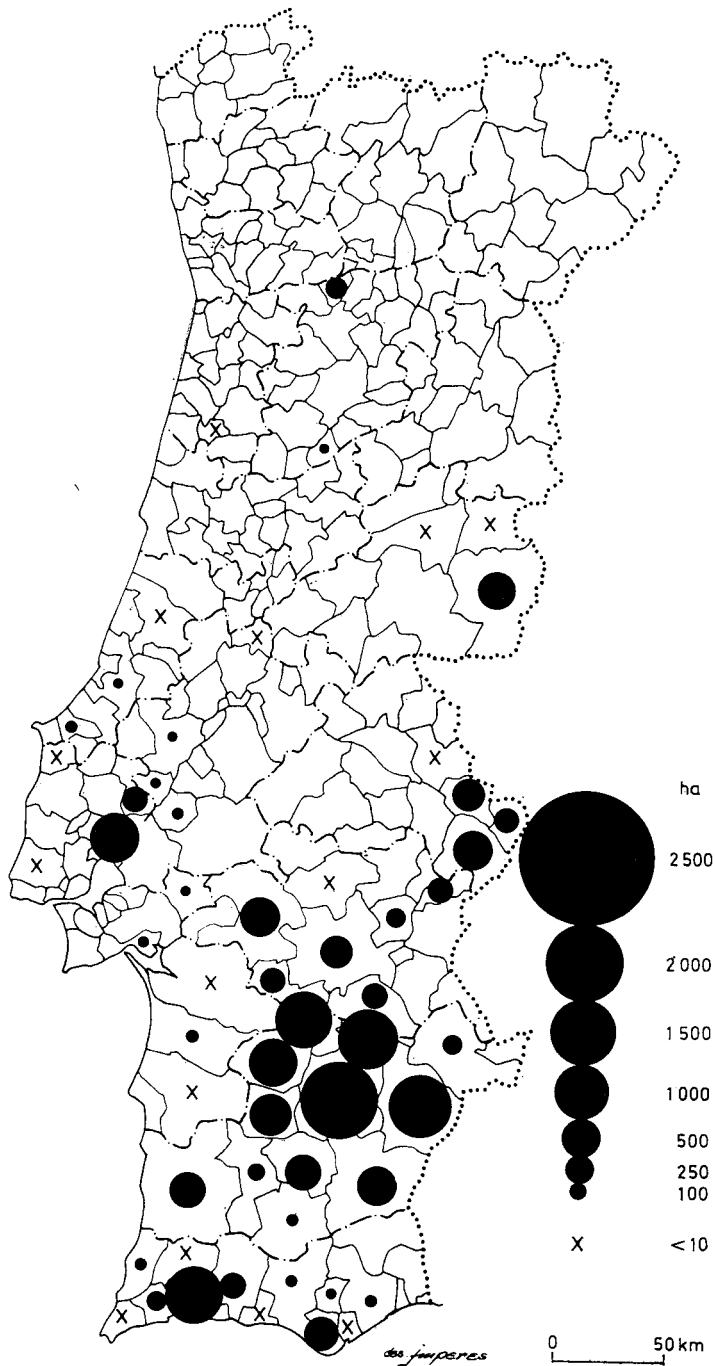


Fig. 4 — Áreas abrangidas pelos investimentos estrangeiros directos na agricultura portuguesa, de 1978 a 1987, por concelhos.

QUADRO II

Distritos	N.º de projectos (%)	Área (%)	Volumen do investimento (%)
Setúbal	4,3	0,4	0,9
Portalegre	7,5	7,5	3,5
Évora	9,4	11,5	11,3
Beja	36,7	57,7	33,9
Faro	28,9	14,0	22,2
Outros	13,2	8,9	28,2

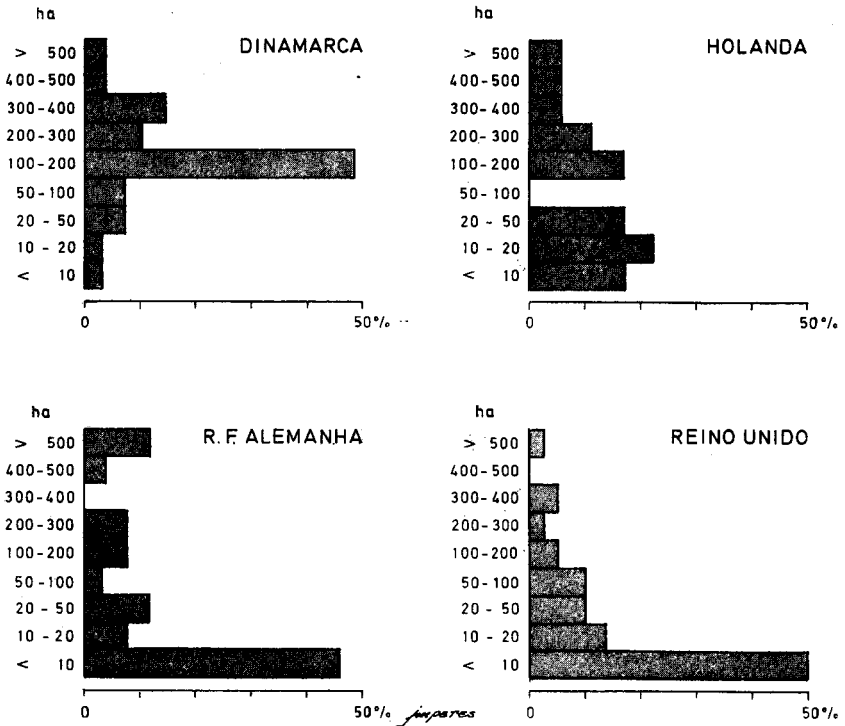


Fig. 5 — Estrutura dimensional da apropriação fundiária correspondente aos investimentos directos de alguns cidadãos estrangeiros na agricultura portuguesa, no período de 1978-87 (% do n.º de investimentos).

QUADRO III

Dimensão das explorações, segundo a nacionalidade dos principais investidores (%) (1978-87).

Classes de área (ha)	R. Unido	R. F. Alemã	Holanda	Dinamarca
< 10	50,0	46,3	16,7	3,4
10-20	13,2	7,7	22,1	3,4
20-50	10,5	11,5	16,7	6,8
50-100	10,5	3,8	—	6,8
100-200	5,3	7,7	16,7	48,7
≥ 200	10,5	23,0	28,8	30,9

QUADRO IV

Origens dos investimentos (%), nos concelhos com investimento total superior a 100 milhões de escudos, no período 1978-87

Concelhos	R. Unido	R. F. Alemã	Holanda	Dinamarca
Évora	64,1	—	22,5	—
Redondo	10,7	—	57,6	—
Montemor-o-Novo	—	48,8	19,9	—
Ferreira-do-Alentejo	—	39,0	46,6	12,4
Beja	—	—	—	88,3
Vidigueira	52,0	—	—	45,6
Serpa	59,1	—	—	17,9
Odemira	81,7	9,2	—	1,3
Aljezur	—	7,8	84,5	1,3
Silves	32,6	10,6	10,0	—
Portimão	91,0	—	—	—

Relacionando os ramos com as áreas adquiridas, verificamos que nos cereais, na agropecuária e na pecuária figuram explorações mais vastas, e inversamente na horticultura e floricultura, nos pomares e nas culturas novas (quadro V): simples prolongamento dos sistemas de produção adoptados para cada ramo, não muito diferentes dos comuns na região?

Por outro lado, relacionando a origem dos investimentos com os ramos em termos de áreas (quadro VI), releva-se, nomeadamente, a concentração dos oriundos da Dinamarca nos cereais e na pecuária, dos holandeses naqueles e em culturas novas, dos alemães na criação animal e nos pomares e dos ingleses na pecuária extensiva e em culturas novas.

QUADRO V

Dimensão das explorações (%), segundo os ramos predominantes

Classes de área (ha)	Cereais	Agro-pecuária	Pecuária	Horticultura e floricultura	Pomares	Culturas novas
< 5	—	5,6	18,5	40,0	37,5	37,5
5-10	—	5,6	3,7	24,0	20,8	12,5
10-50	4,0	16,6	18,3	28,0	16,7	43,7
50-100	8,0	11,1	11,1	4,0	16,7	—
100-300	60,0	33,2	41,0	—	—	—
≥ 300	28,0	27,9	7,4	4,0	8,3	6,3

QUADRO VI

Ramos agrícolas, em percentagem da área adquirida

Origens dos investimentos	Cereais	Agro-pecuária	Pecuária	Horticultura e floricultura	Pomares	Culturas novas
Dinamarca	59,8	6,3	23,8	7,7	—	2,4
Holanda	66,8	4,4	6,9	0,5	1,2	20,2
R. F. Alemanha	1,0	54,8	13,8	0,7	20,7	9,0
R. Unido	8,9	60,8	12,6	4,3	1,3	12,1

Uma vez que os sistemas agrícolas correspondentes aos diferentes ramos são desigualmente intensivos no uso da terra e no capital circulante, devemos avaliar, paralelamente, o seu peso relativo através dos investimentos, muito embora se considerem apenas preços correntes (quadro VII): ressaltam então a criação ~~animal~~ (bovinos de leite e carne) e as culturas novas entre os holandeses, tal como entre os alemães; e a pecuária (ovinos e caprinos), os pomares, as culturas novas e a horticultura e floricultura entre os ingleses...

Atendendo a que, no distrito de Faro, os investimentos ingleses representaram 37,2 % do investimento estrangeiro directo na agricultura, os alemães 19,4 % e os holandeses 20,7 %, adivinha-se o seu respectivo papel na modernização regional do sector, designadamente na horticultura, floricultura, fruticultura e culturas novas, visando a produção de sementes, a de plantas para transplantação, a de bens para consumo fresco, no país e no estrangeiro (agriões, certas variedades de alfaces, beringelas, abacates, *kivis* ou framboesas), as de avelãs e nozes, e ainda a de plantas ornamentais, medicinais e aromáticas: 68 % dos investidores e 77 % do investimento estrangeiro total do período 1978-87.

Por concelhos (quadro VIII), destacam-se os investimentos de alemães e holandeses nos pomares e em culturas novas no de Aljezur; os

QUADRO VII

Ramos agrícolas, em percentagem do volume dos investimentos

Origens dos investimentos	Cereais	Criação animal	Horticultura e floricultura	Pomares	Culturas novas
Dinamarca	57,5	23,7	8,3	—	—
Holanda	24,2	34,4	1,5	6,3	15,6
R. F. Alemanha	—	23,1	0,1	5,1	40,3
R. Unido	—	24,4	9,7	25,5	18,5

de ingleses e alemães nestes mesmos ramos no de Lagos; os de ingleses também nestes e nos pomares no de Portimão, em paralelo com os de suíços na horticultura e floricultura; os de holandeses, belgas e franceses na horticultura no de Silves; de alemães, holandeses, suíços e franceses nos pomares, e de ingleses nas culturas novas, deste mesmo concelho; são também os belgas que dominam com exclusividade na horticultura de Lagoa, assim como os italianos nos pomares de S. Brás de Alportel e os ingleses nos de Tavira; no concelho de Loulé, os ingleses afirmam-se na horticultura e nos pomares, a par dos belgas; no de Faro destacam-se os alemães nos pomares e os holandeses nas culturas novas, enquanto no de Olhão os investimentos alemães e suíços são exclusivos na nova horticultura de estrangeiros.

Se nuns casos se trata dos ramos que ocupavam as terras quando da sua aquisição por agricultores profissionais, a tempo parcial ou recreativos de filiação estrangeira (horticultura tradicional, citrinos, pomar de sequeiro), noutros correspondem indiscutivelmente à difusão de novas espécies e variedades e de novas técnicas de cultivo (pequena agricultura capitalista; agricultura como *hobby*, de prestígio).

Não conhecemos a diversidade de motivações destes investidores: preço da terra, clima, custo da mão-de-obra e legislação quanto à poluição; ou localização de residências secundárias, custo de vida em termos comparativos, amenidade climática invernal e fixação de reformados, etc. Não conhecemos os comportamentos, êxitos e fracassos de cada empresário estrangeiro que investiu recentemente na agricultura de Portugal, especialmente na do Sul do país, e as causas dos mesmos. Também não conhecemos a sua inserção nos meios agrícolas e rurais, locais e regionais, e os efeitos de arrastamento no sentido do progresso técnico, económico e social dos agricultores vizinhos e autóctonos. Questões de particular importância na dinâmica geográfica regional.

Com este breve apontamento apenas pretendemos evidenciar um aspecto recente da realidade agrícola portuguesa, que merece a atenção de estudiosos e de responsáveis oficiais, autárquicos e cooperativos, nomeadamente na perspectiva da plena integração do país na CEE: liberdade de movimentação de produtos, pessoas e capitais; grandes dife-

renças nos preços da terra agrícola; vantagens comparativas do mundo mediterrâneo devidas à insolação média e mais ainda à do período Outono-Inverno, etc. Pela sua importância, real ou potencial, este tema poderá e deverá ser incluído nos programas de trabalho prático da disciplina de Geografia virados para a área-escola das regiões onde tem maior impacto.

CARMINDA CAVACO

BIBLIOGRAFIA CITADA

- BALABANIAN, OLIVIER — *Les exploitations et les problèmes de l'agriculture en Estremadure Espagnole et dans le Haut-Alentejo. Contribution à l'étude de campagnes méditerranéennes*, edic. do autor, 1980, vol. I e II (vol. II, p. 603-618).
- COELHO, M. DIAS — «Estrangeiros estão a comprar Portugal», *Agricultura* 92, 2, Lisboa, 1989, p. 16-18.
- COSTA, M. BOTELHO — *Investimento estrangeiro directo em Portugal no sector agrícola* (decénio 1978-1987), Direcção-Geral de Planeamento e Agricultura, MAPA, 20 p., não editado.
- ROLO, J. A. CABRAL e COELHO, I. SEITA — *A(s) agricultura(s) algarvia(s). Contributo para a sua caracterização no início dos anos 80*, Comissão de Coordenação da Região do Algarve, Faro, 1988, vol. I e II (vol. I, p. 175-180).